

REVISTA QUAESTIO IURIS

Editorial para o vol. 09-1 (2016)

A Revista Quaestio Iuris, revista classificada pelo MEC/CAPES como Qualis A2, Direito, nesse volume 09, número 01, o primeiro número do ano de 2016, agora de periodicidade trimestral, tem a satisfação de publicar o artigo *Notas sobre governo do direito, ética das virtudes e direitos humanos* do Professor Doutor Carlos Ignacio Massini Correias, Professor Titular de Filosofia Jurídica e de Ética da Universidad de Mendoza – Argentina e Diretor do Instituto de Filosofia Prática e Humanidades Jurídicas na mesma instituição e de Frederico Bonaldo, Professor Assistente de Metodologia e Lógica Jurídica na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC-SP e doutorando em Filosofia do Direito na mesma instituição. Nesse artigo *Notas sobre governo do direito, ética das virtudes e direitos humanos* resumem-se a significação e as origens da ideia de governo do direito, distinguindo o seu sentido clássico do iluminista e vinculando-a – o que se mostra necessário – com a ética das virtudes e com a noção de direitos humanos. Desse modo, a fórmula completa do bem comum – da justiça geral – radicará na supremacia da lei, que é a da razão prático-ética, somada à presença das virtudes morais nos governantes e nos governados, bem como ao respeito pelos direitos naturais do homem.

Da mesma maneira que nos números anteriormente publicados, no presente volume 09, número 01, publicamos 19 (dezenove) artigos inéditos, sendo 02 artigos resultado de pesquisas jurídicas financiadas por órgãos de fomento: o artigo *A nanotecnologia e a exploração das riquezas nacionais a partir da contribuição da análise econômica*, do Professor Wilson Engelmann, professor do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS e de Daniela Regina Pellin, professora da Universidade Nove de Julho – UNINOVE e doutoranda em Direito Público na Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS. O referido artigo é o resultado parcial da investigação desenvolvida pelos autores no âmbito do projeto de pesquisa: “Observatório dos Impactos Jurídicos das Nanotecnologias: em busca de elementos essenciais para o desenvolvimento do diálogo entre as Fontes do Direito a partir de indicadores de regulação às pesquisas e produção industrial com base na nano escala”: Edital Universal 14/2014 – CNPq e *Quando a casa é a prisão: uma análise de decisões de prisão domiciliar de grávidas e mães após a Lei nº. 12.403/2011*, de Ana Gabriela Braga, Doutora e Mestre em Direito Penal e Criminologia pela Universidade de São Paulo – USP, Professora da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Estadual de São Paulo – UNESP e coordenadora do NEPAL (Núcleo de Estudos e Pesquisa em Aprisionamentos e Liberdades), do Centro Interdisciplinar de Estudos em Gênero (CIEPEDIG), além de pesquisadora do NADIR - Núcleo de

Antropologia do Direito (FFLCH- USP) e do Núcleo de Pesquisa do IBCCRIM, e de Naila Ingrid Chaves Franklin, mestranda em Direito na Universidade de Brasília - UnB.

Publicamos também em nossa Seção Monografias um alentado estudo sobre *Fuga da jurisdição? Reflexões sobre a busca de alternativas à jurisdição*, do Professor Eugênio Facchini Neto, Doutor em Direito Comparado, pela Università Degli Studi di Firenze, Professor titular dos cursos de graduação, mestrado e doutorado em Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUC-RS e Desembargador do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul – TJ/RS e de Elaine Harzheim Macedo, Professora catedrática da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUC-RS e professora palestrante da Escola Superior de Magistratura Ajuris, membro editorial da Revista da Ajuris, membro do Instituto dos Advogados do Rio Grande do Sul e da Associação Brasileira de Direito Processual Constitucional. O mencionado trabalho busca analisar o movimento das ADR (Alternative Dispute Resolution) – meios alternativos de resolução de conflitos –, sua origem, evolução, ideologia, especialmente nos Estados Unidos. Faz-se referência às diversas técnicas lá utilizadas, referem-se os argumentos favoráveis e, em especial, as críticas ao referido movimento. Agregam-se as experiências brasileiras seja quanto às técnicas de sumarização da jurisdição como a construção de espaços públicos ou privados para a composição alternativa de conflitos de interesses e a contribuição do novo CPC.

Em nossa Seção Ensaios publicamos 08 (oito) ensaios, sendo de se destacar 03 (três) ensaios de temas candentes jurídico-filosóficos: *A ideia de razão pública de John Rawls e o reconhecimento jurídico da união homoafetiva no Brasil*, *A igualdade e suas naturezas normativas: da axiologia à dogmática jurídica* e *O conteúdo axiológico-normativo da propriedade e sua função social*.

Nesse número da Revista ampliamos também nosso corpo de nossos pareceristas/avaliadores, com a inclusão de muitos Professores, de inúmeros Estados do país e também de muitos professores estrangeiros.

Publicamos ainda, para consulta imediata dos leitores, os links dos diversos indexadores nacionais e internacionais de Revistas e periódicos onde nossa Revista Quaestio Iuris está indexada. Agradecemos, como sempre, a todos os leitores, autores, avaliadores e colaboradores pela colaboração e confiança e pelo sempre excelente trabalho realizado. Lembramos sempre que as submissões para a Revista Quaestio Iuris são permanentes e devem ser realizadas pelo sistema, diretamente na página da Revista.

Boa leitura a todos!

Mauricio Mota

Editor da Revista Quaestio Iuris